

Como citar el artículo: Fornazier, T. (2019). Desafios ao Serviço Social Brasileiro e o papel estratégico das entidades profissionais. *Fronteiras*, 13: 32-43.

Desafios ao Serviço Social Brasileiro e o papel estratégico das entidades profissionais

Challenges to the Brazilian Social Service and the strategic role of professional entities

Tales Willyan Fornazier Moreira¹

Resumo

Este trabalho foi construído a partir de uma revisão bibliográfica e aborda desafios ao Serviço Social brasileiro em tempos de regressão de direitos e imensuráveis perdas a todo conjunto da classe trabalhadora a partir do golpe de 2016 e a entrada de Michel Temer na presidência do Brasil. Nosso objetivo é discorrer sobre a trajetória de lutas e resistências no interior da profissão, destacando a direção sociopolítica engendrada, sobretudo, após a década de 1990, a partir da interlocução com a teoria marxista, e enfatizar o papel fundamental e estratégico das entidades do Serviço Social Brasileiro (ABEPSS, CFESS/CRESS e ENESSO) na construção e luta permanente pela manutenção da direção social profissão, sobretudo nestes tempos desafiantes. Nesse ínterim, destacamos que a relação política que sustenta as entidades é um patrimônio da categoria que deve ser preservado e fortalecido.

Palavras-chave: Serviço Social, Regressão de Direitos, Direção Social da Profissão, Entidades Profissionais.

Abstract:

This work was based on a bibliographical review and addresses challenges to the Brazilian Social Service in times of regression of rights and immeasurable losses to all working class as of the coup of 2016 and the entry of Michel Temer in the presidency of Brazil. Our objective is to discuss the trajectory of struggles and resistance within the profession, highlighting the sociopolitical direction engendered, above all, after the 1990s, from the interlocution with the Marxist theory, and to emphasize the fundamental and strategic role of the entities of the Service (ABEPSS, CFESS / CRESS and ENESSO) in the construction and ongoing struggle for the maintenance of the social management profession, especially in these challenging times. In the meantime, we emphasize that the political relationship that sustains the entities is a patrimony of the category that must be preserved and strengthened.

Keywords: Social Work, Regression of Rights, Social Direction of the Profession, Professional Entities.

1 Assistente Social. Professor Substituto da Universidade Federal de Goiás. Discente do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Pesquisador do Grupo de Estudo e Pesquisa em Fundamentos, Formação e Exercício Profissional em Serviço Social (GEFEPSS) da Universidade Federal do Triângulo Mineiro. E-mail: taleswf@live.com.

Introdução

Vivenciamos no cenário brasileiro, um contexto de barbárie. Uma dinâmica própria do capital, que a todo momento cria e recria suas formas de dominação para garantir sua hegemonia e, para tal, lança mão de diversas estratégias, dentre as quais, a radicalização das ações conservadoras e a regressão de direitos. Isto é: um processo de reestruturações capitalistas nas diversas esferas da vida social, as quais têm como único objetivo: garantir o lucro do capital.

Tal cenário perpetrado pelo avanço de forças antidemocráticas, discursos de ódio nos mais variados tecidos da vida social, pensamentos e práticas fascistas e reacionárias, reflete-se enquanto ressonâncias do modo de produção capitalista, no seu processo de crise estrutural. Para Mézarios (2009) não se trata mais de uma crise cíclica do capitalismo, mas de uma crise estrutural do capital, que é dirigida pelo processo de acumulação. Crise esta que evidencia os limites civilizatórios do sistema sócio-metabólico do capital, fortalecendo seu caráter regressivo-destrutivo.

Essa crise estrutural aponta para transformações no interior do sistema capitalista, as quais são agudizadas pela ofensiva neoliberal, e que trazem rebatimentos concretos para a vida dos/as trabalhadores/as no sentido da intensificação da desigualdade estrutural, na degradação da vida humana e da natureza (Barroco, 2011).

Após o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em 2016, através do golpe jurídico-parlamentar, Michel Temer assumiu a presidência do Brasil e intensificou ferozmente as políticas de austeridade e os retrocessos no campo dos direitos conquistados histórica e coletivamente pelo conjunto dos/as trabalhadores/as. Temer, mesmo sendo um dos presidentes com maior índice de reprovação da história dos Governos no Brasil², permaneceu no poder e impetrou de forma au-

toritária, antidemocrática, truculenta e vil, retrocessos avassaladores com suas (contra)reformas, sobremaneira no que concerne aos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários – retrocessos estes que já se avistavam mais timidamente nos governos petistas.

Com a recente eleição de Jair Bolsonaro enquanto representação da extrema direita, coloca-se um novo contexto para a luta de classes no Brasil. Este atual presidente não só vem intensificando ainda mais o “pacote de desmandos” proposto pelo governo de Temer, cortando ainda mais na carne do/a trabalhador/a, como representando uma grande ameaça para todas as conquistas democráticas do país. Os discursos de ódio de Bolsonaro contra a população negra, LGBT, mulheres, indígenas etc, ferem diretamente os direitos humanos e os princípios básicos de uma sociedade democrática (mesmo que nos limites da democracia burguesa). Bolsonaro e suas defesas, são a representação concreta do irracionalismo, da bestialização desmedida e da putrefação e decadência ideológica. Posições estas que ganham ressonância no âmbito da vida cotidiana e que nos convoca, neste atual contexto, (re)criar estratégias e novas mediações, bem como unidade no diverso, para que consigamos avançar na manutenção e defesa das liberdades e conquistas democráticas, sem perder de vista o horizonte estratégico de superação da ordem do capital.

Esta contextura hodierna vivenciada em solo brasileiro repercute direta e fortemente no Serviço Social, enquanto profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho (Iamamoto et al. 2011), que acompanha o movimento da realidade e, cujas possibilidades para a atuação, estão também condicionadas às possibilidades contidas neste real. Aponta desafios, sobretudo, na materialização do Projeto Ético-Político da profissão, pois este contexto também reacende no âmbito profissional os traços do ecletismo e lutas contrárias a esta direção, caindo no campo dogmático; ações-reflexões moralizantes, com efetivação de critérios de elegibilidade e tantos outros elementos que distanciam do compromisso ético da categoria, frente à lógica de intensificação do trabalho, de relações desumanizadoras em todos

2 Pesquisas apontam que a reprovação do governo de Michel Temer é a maior desde a época da ditadura: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/04/temer-e-reprovado-por-70-dos-brasileiros-mesmo-com-esforco-por-popularidade.shtml> e <https://oglobo.globo.com/brasil/datafolha-temer-atinge-maior-reprovacao-desde-ditadura-73-21896180>.

os setores e áreas, próprias do capitalismo (Caputi et al. 2017).

Destarte, é no compromisso político com a perspectiva emancipatória da profissão que, a partir de uma revisão bibliográfica e nos limites do presente artigo, buscaremos explicitar os desafios e tensões postos à categoria e que incidem diretamente na direção social construída pelo Serviço Social brasileiro nas últimas décadas, a partir da interlocução com a teoria marxista. Também buscaremos refletir acerca das lutas e resistências a serem travadas nesta sociedade de lutas de classes – com destaque para o papel fundamental que as entidades da categoria cumprem na manutenção desta direção hegemônica da profissão no Brasil.

1. Direção social da profissão: patrimônio do Serviço Social brasileiro

A história do Serviço Social no Brasil é marcada por uma trajetória de lutas e resistências na busca pela construção de bases de sustentação que contrapõem sua gênese – a qual traz consigo elementos de uma herança conservadora, evidenciando a relação de sua origem essencialmente atrelada ao bojo da igreja católica, através de ações de caridade, e em articulação com o Estado e a burguesia.

O movimento de renovação da profissão, iniciado na década de 1960 e que segue nas décadas adiante (re)pensando a intervenção profissional, adquire maturidade intelectual, política e ética, sobremaneira nos finais da década de 1980 e início da seguinte. A partir da vertente de intenção de ruptura,³ a categoria profissional, através da interlocução com a teoria marxista, compreende seu compromisso profissional com o conjunto mais geral da classe trabalhadora e que o trabalho profissional deve ser direcionado à construção de

mediações que possibilitem apontar para a superação da ordem do capital.

Este movimento possibilitou que a profissão caminhasse para a superação do monopólio conservador no âmbito profissional e construísse bases de legitimação, vinculadas à perspectiva de intenção de ruptura. Este processo se inicia em meados da década de 1960, quando a profissão adentra num movimento de questionar sua intervenção na realidade e sua contribuição na superação do subdesenvolvimento. Tal movimento, longe de possuir uma homogeneidade, é demarcado pela constituição de três tendências no seio profissional [...] Contudo, é a vertente de intenção de ruptura que possibilita a interlocução com a teoria marxista na década de 1980 e seu amadurecimento na década seguinte, e propicia os elementos teóricos, éticos e políticos fundamentais para a conformação do atual projeto profissional hegemônico do Serviço Social brasileiro (Caputi et al. 2016: 99-100).

A partir, portanto, da aproximação com os postulados de Marx e a constituição hegemônica desta perspectiva no âmbito profissional enquanto referência para a compreensão da dinâmica da sociedade do capital e para a construção de novas bases de legitimação para profissão (Netto, 2010), na perspectiva da intenção de ruptura com o conservadorismo, foi possível a edificação deste projeto coletivo de profissão – o qual denominamos de *Ético-Político* –, e cuja direção é muito nítida em defesa da construção de outra ordem societária, radicalmente oposta à do capital⁴.

A origem do *Projeto Ético-Político Profissional*, concebido nos anos 90, e sua **direção sociopolítica** deitam raízes nas lutas da classe trabalhadora pelos seus interesses imediatos [...], acoplados à luta contra a ditadura e à construção da democracia em articulação aos seus interesses históricos expressos nas lutas anticapitalista, anti-imperialista e socialista (Abramides, 2006: 28).

3 Netto explicita no livro *Ditadura e Serviço Social* (2010), três vertentes presentes durante o processo de renovação profissional: vertente modernizadora, vertente de reatualização do conservadorismo e a vertente de intenção de ruptura. Tendências profissionais estas que estão vinculadas diretamente a projetos societários distintos e que, não obstante, disputam hegemonia dentro da profissão.

4 É importante sinalizar que aqui nos restringimos unicamente à análise da direção social da profissão no contexto brasileiro, pois a perspectiva ideopolítica do Serviço Social é bastante diversa nos demais países da América Latina e do mundo.

Tal projeto é fruto de um processo coletivo e histórico de lutas de todo conjunto de profissionais Assistentes Sociais no exercício da docência e no campo, bem como do segmento estudantil pela construção de hegemonia no interior da profissão e possui uma direção – a qual deve ser objeto de permanente defesa, uma vez que se trata de um legado do Serviço Social no Brasil.

Para Netto (1999), a base estruturante desse Projeto Ético-Político se assenta no processo de recusa e crítica ao conservadorismo⁵ na profissão. Ademais, tal projeto também expressa uma direção de projeto societário a ser construído. Ou seja: um projeto profissional é também um projeto coletivo. Todo projeto coletivo aponta para determinado projeto de sociedade, pois expressa uma concepção ideopolítica, uma vez que apresenta uma imagem de sociedade a ser construída. Os valores que determinados projetos carregam, podem apontar para “a construção de uma nova ordem social, ou, num polo oposto, para a manutenção do modo de produção operante” (Caputi et al. 2016: 100).

Por isso, todo projeto profissional traz consigo suas características e valores, visto que, conforme aludido por Netto (1999), delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formula os pressupostos para o exercício profissional, estabelece a direção da relação com usuários/as e serviços, instituições, outras profissões, etc. Em outras palavras: todo projeto profissional espelha a perspectiva teórica, ética, ideológica e política de determinada profissão.

Em se tratando do Projeto Ético-Político profissional, a direção explicitada é muito nítida:

ele se posiciona a favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais; a ampliação e consolidação da cidadania são explicitamente postas como garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes

5 De acordo com Souza (2015), o pensamento conservador é pautado no presentismo, na negação e desistoricização do tempo presente, falseando processos históricos e determinações sociais. Para maior aprofundamento ver: Souza, J. M. A. (2015). O conservadorismo moderno: esboço para uma aproximação. *Serviço Social e Sociedade*, 122: 199-223.

trabalhadoras. Correspondentemente, o projeto se declara radicalmente democrático – considera a democratização como socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida (Netto, 1999: 16).

Desta forma, evidencia qual a direção da luta que a profissão deve trilhar. É com base nesse horizonte estratégico que nos últimos anos, a categoria de Assistentes Sociais brasileiros/as tem construído, com base no legado marxiano, uma densidade teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, que apreende com radicalidade o entendimento que nos remete à compreensão da necessidade da luta pelo fim da propriedade privada dos meios de produção.

Por isso, em concordância com Abramides (2006), entendemos que esta compreensão da direção social estratégica a ser buscada/construída permanentemente, nos convoca à luta pelo fim da exploração econômica, de qualquer opressão de classe, gênero, raça e etnia, o que exige atrelar necessariamente a luta anticapitalista à luta pela construção do socialismo.

Vale ressaltar que este projeto de ruptura com o conservadorismo na profissão e direcionado à superação do modo de produção capitalista, possui algumas características centrais, a saber:

a) a perspectiva de análise sob angulação da totalidade da vida social; b) a compreensão da profissão na divisão sociotécnica do trabalho; c) o significado social da profissão no processo de reprodução da força de trabalho; d) o legado marxiano e a tradição marxista como referenciais teóricos de análise, interpretação e transformação radical da sociedade de classes e que conformam a **direção sociopolítica do projeto profissional** (Abramides, 2006: 118).

Eis, pois, que tais elementos se colocam como basilares para a profissão construir novas bases de legitimação, ancoradas numa direção sociopolítica que também confere a um projeto de sociedade, antagônico ao do capital. Isto é: uma sociedade livre, emancipada e fraterna.

Conforme aludido por Netto (1999), os projetos profissionais não são imutáveis, mas antes, são estruturas dinâmicas que também acompanham

as modificações da sociedade, sob a qual a profissão atua. Exatamente por ser mutável, esta direção sociopolítica e ética do Projeto Ético-Político profissional, a qual é engendrada e balizada no marxismo e que aponta para uma sociabilidade para além do capital, deve ser defendida e fortalecida.

É nesse aspecto de luta pela manutenção desta direção hegemônica da profissão no cenário brasileiro, que as entidades que compõem a categoria (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS; Conselho Federal e Conselhos Regionais de Serviço Social – conjunto CFESS/CRESS e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social – ENESSO) possuem papel fundamental e estratégico.

2. Entidades do Serviço Social Brasileiro: patrimônio da categoria profissional

De acordo com Teixeira e Braz (2009), um dos elementos que garantem a materialidade do Projeto Ético-Político profissional é a dimensão político-organizativa. Na compreensão dos/as autores, há os componentes que objetivam os elementos constitutivos do projeto: i) produção do conhecimento no interior do Serviço social; ii) as instâncias político-organizativas da profissão; e iii) a dimensão jurídico-política.

A despeito das instâncias político-organizativas, estas referem-se aos fóruns de deliberação das entidades que compõe a profissão (ABEPSS, CFESS/CRESS e ENESSO), bem como associações profissionais, organizações sindicais. São nestes espaços político-organizativos que “são consagrados coletivamente os traços gerais do projeto profissional, onde são reafirmados (ou não) compromissos e princípios” (Teixeira et al. 2009: 8).

Nesse sentido, tal dimensão é fundamental e determinante para garantir (ou não) a continuidade da direção sócio-política (Abramides, 2009) construída nas últimas décadas pelo Serviço Social brasileiro. A organização política da profissão, portanto, é balizada nestas três entidades que compõem a categoria. Não se pode falar em categoria profissional excluindo uma destas enti-

dades, pois é esta articulação entre as três que se constitui enquanto sustentáculo ético-político e ideológico, construído coletiva e historicamente, no âmbito profissional.

A unidade entre as entidades possibilita a manutenção e fortalecimento da direção social e política da profissão no Brasil. Como sustenta Ramos (2011: 114):

Tais entidades materializam uma ação política que é um dos fatores que garantem a possibilidade de manutenção da direção social deste projeto coletivo que se vincula a um projeto societário comprometido com o fim da exploração/dominação dos seres humanos, ou seja, com a emancipação humana.

Assim, a articulação entre ABEPSS, CFESS/CRESS e ENESSO, representa um legado histórico da profissão no cenário brasileiro, o qual necessita ser cotidianamente preservado e fortalecido. Também se configura enquanto um patrimônio político que contribui, inclusive, para uma cultura política democrática no seio profissional.

A articulação entre essas entidades e o nível de organização dos segmentos profissional e estudantil é referendada como um patrimônio político, historicamente conquistado na profissão e que contribui efetivamente para a construção de uma cultura política democrática no âmbito do Serviço Social (Ramos, 2011: 114).

Torna-se imperativo que, cada vez mais, desenvolvam-se ações coletivas entre as entidades com vistas a fortalecer esta unidade. A esse respeito, vale ressaltar a construção do Plano Nacional de Lutas em Defesa da Formação e do Trabalho Profissional, o qual fora construído em 2008 pelas três entidades, com vistas a gerar uma grande mobilização em âmbito nacional do Serviço Social, no que concerne à qualificação do trabalho e da formação profissional (Ramos, 2011).

Nas últimas décadas, essa relação de construção coletiva e unidade entre as entidades, expressou-se em diversos momentos decisivos para a profissão como, por exemplo, nos processos de mobilização e construção de espaços a nível nacional para discussão e elaboração do Código de Ética

profissional de 1993, das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996. Outro elemento que se configura enquanto uma das principais expressões desta articulação é a organização conjunta de eventos, dentre os quais, destacam-se os Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais/CBAS.

Além do mais, há longas datas, as entidades vêm encampando diversas lutas coletivas o que, fundamentalmente, contribui e enriquece a perspectiva da unidade entre formação e exercício profissional, cujas ações pautam-se na defesa de uma educação pública, gratuita, laica, de qualidade, socialmente referenciada, bem como na defesa de condições para um trabalho profissional de qualidade.

Neste sentido, o CFESS, a Abepss e a Enesso têm se articulado em favor da defesa: das diretrizes curriculares; da qualidade dos cursos de graduação e pós-graduação; da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; da articulação entre formação e exercício profissional do(a) assistente social; enfim, da defesa do projeto de formação construído coletivamente pela categoria profissional, que teve como marco o Currículo Mínimo de 1982. Por outro lado, as entidades têm se posicionado contrárias a várias questões, tais como: exame nacional de cursos (provão); mestrados profissionalizantes; cursos sequenciais e a graduação a distância em Serviço Social (Ramos, 2011: 116).

Deste modo, considerando que as entidades profissionais do Serviço Social, a partir de uma articulação e sintonia ideopolítica, constroem ações unificadas com vistas a contrapor a lógica de educação como mercadoria, o aligeiramento do processo de formação, o ensino à distância e, principalmente, a manutenção do legado construído coletivamente pela profissão no Brasil, concordamos com Duarte (2019: 170) que:

[...] as ações das entidades se inserem na perspectiva do fortalecimento do movimento de resistência à privatização da educação superior, assim como se somam à luta em defesa da educação como direito, tencionando processos e contribuindo para manter acesa a direção social do PEPP, pautado em um projeto societário comprometido com a luta da classe trabalhadora.

Importante destacar que esta relação entre as entidades se constitui numa uma relação eminentemente política, ou seja, não está isenta de embates e contradições e, dependendo da perspectiva ideopolítica de quem estiver à frente das entidades, as disputas e os conflitos poderão surgir. Assim, concordamos com Ramos que:

Os conflitos também podem aparecer em alguns momentos na relação entre as entidades, pois comparecem, neste processo, diferentes forças políticas nas direções das entidades e, por vezes, surgem divergências e dificuldades nas articulações entre as entidades nacionais. A relação entre as entidades não está isenta de tensões e conflitos (Ramos, 2011: 120).

São os/as militantes das entidades que garantirão (ou não) a unidade política entre a ABEPSS, o conjunto CFESS/CRESS e a ENESSO sendo, portanto, imprescindível que estes/as saibam reconhecer as contradições e as diferentes perspectivas nesta relação sem, contudo, perder de vista a direção social da profissão.

Nesse sentido, se faz *mister* salientar o significado histórico e o legado que essa relação/articulação representa, principalmente em tempos de acirramento do conservadorismo e da fragmentação das lutas sociais, o que tende ao distanciamento do horizonte estratégico delineado pelo Serviço Social nas últimas décadas.

Portanto, retomar os elementos históricos constitutivos desta articulação, ressaltando a tarefa política de cada entidade, bem como sua organização, no âmago da categoria profissional, é fundamental para se traçar estratégias com vistas a garantir e fortalecer a manutenção deste legado.

Assim, compreendemos que “o processo de resistência não se constitui como um movimento linear, mas dinâmico, contraditório, marcado por avanços e recuos, conquistas e derrotas” (Duarte, 2019: 175). Mas compreendemos também que, nesse processo, possuímos responsabilidade ético-política na defesa e manutenção da direção do Serviço Social brasileiro.

O Projeto Ético-Político profissional, enquanto um horizonte estratégico calcado num projeto de classe a ser alcançado, precisa ser concebido

numa perspectiva de totalidade da realidade social, bem como de todas as contradições que a perpassam. Somente assim, é que podemos pensar na construção coletiva de mediações para seu fortalecimento. Por isso é tarefa imperativa de todos/as profissionais que acreditam na direção emancipatória da profissão construir esta luta – e aqui ressaltamos o papel central e estratégico das entidades!

Até porque, vale destacar que a direção social estratégica expressa nos elementos que dão sustentação ao Projeto Ético-Político profissional, trata-se de uma construção hegemônica. E, por isso, implica dizer que há outros projetos que disputam esta direção no âmbito da profissão. Hegemonia não significa maioria, mas sim, a possibilidade de garantir direção. Direção esta que, neste contexto de avanço estardalento do conservadorismo, de retomada de pensamentos e práticas fascizantes, pode estar ameaçada!

Reflexos desse avanço expressivo do conservadorismo no âmbito profissional, por exemplo, são as manifestações em oposição à direção do conjunto CFESS-CRESS nas redes sociais - direção esta que é construída coletiva e democraticamente nos espaços políticos-organizativos da categoria. Não raras vezes, presenciamos posicionamentos [...] de Assistentes Sociais, repudiando as postagens referentes às bandeiras de lutas do conjunto, o que é de extrema preocupação, haja vista que estas bandeiras expressam a consonância ética e política com o Projeto Ético-Político profissional. Temas como a legalização do aborto e das drogas, ações em defesa dos direitos da população LGBT tem suscitado muitas discussões e polêmicas (Caputi et al. 2017: 25).

Sendo assim, vivenciamos no cerne da categoria profissional sérios questionamentos a esta direção hegemônica que nos colocamos radicalmente na trincheira de luta pela sua defesa! Refletir acerca da postura destes/as profissionais criticando os posicionamentos das entidades acerca de determinados temas, os quais representam o posicionamento coletivo da categoria, é preocupante e deve ser analisado a partir do processo de precarização da formação e do distanciamento das Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996)

– as quais apontam, não só pra uma formação técnico-profissional, mas contribuem para uma formação para a vida social.

O contexto que vivenciamos de desmonte, aliamento, mercantilização e sucateamento da educação e, logo, da formação em Serviço Social, atende aos moldes e exigências neoliberais e aos interesses do capital no mercado educacional, em que cada vez mais a educação, especialmente a superior, se mercantiliza. Isso traz sérios e graves prejuízos ao projeto de educação e formação que defendemos e, mais ainda, rebate diretamente na população usuária do serviço, pois uma formação profissional precária e medíocre, significa que o serviço que será oferecido à população, também será precário e medíocre.

Esta realidade, não obstante, é impulsionada pelo próprio Conselho Nacional da Educação e Ministério de Educação e Cultura, pois as Diretrizes para a formação profissional em Serviço Social aprovada e homologada pelo ministério em 2000 suprimiram os principais elementos que garantem uma formação profissional em Serviço Social crítica, totalizante – conforme apontam as Diretrizes da ABEPSS. Nas palavras de Yamamoto, as Diretrizes aprovadas sofreram:

[...] forte descaracterização no que se refere à direção social da formação profissional, aos conhecimentos e habilidades considerados essenciais ao desempenho do assistente social. Assim, por exemplo, no perfil do bacharel em Serviço Social constava “profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social”, o que foi retirado e substituído por “utilização dos recursos da informática.” Na definição das competências e habilidades, é suprimido do texto legal o direcionamento teórico-metodológico e histórico para a análise da sociedade brasileira [...]. Também os tópicos de estudos foram totalmente banidos do texto oficial em todas as especialidades [...]. Este corte significa, na prática, a dificuldade de garantir um conteúdo básico comum à formação profissional no país. O conteúdo da formação passa a ser submetido à livre-iniciativa das unidades de ensino condizentes com os ditames do mercado [...] (Yamamoto, 2014: 617).

Importante destacar, que pelos limites do presente artigo, não iremos adentrar aqui no debate da formação via modalidade de Ensino à Distância (EAD), mas já sinalizamos posição radicalmente adversa à esta modalidade. Ela significa o ápice do processo de precarização da Educação Superior e, no âmbito do Serviço Social, causa rebatimentos nefastos ao Projeto de formação profissional contido nas Diretrizes da ABEPSS. Esta forma de ensino, acarreta na ampliação do número de assistentes sociais formados/as por currículos flexibilizados, na formação de exército industrial de reserva no bojo profissional, além de um processo de retomada da construção de perfil profissional tecnicista e conservador (Caputi et al. 2016).

Nesta direção, é necessário destacar a necessidade da luta por este projeto hegemônico de profissão e formação, bem como de sociedade, está vinculada também a luta por uma perspectiva de educação oposta à qual vem sendo fortalecida e disseminada, que é a educação para o mercado e não uma educação que supere tal lógica e que caminhe em direção à emancipação humana.

Apenas a mais ampla das concepções de educação nos pode ajudar a perseguir o objetivo de uma mudança verdadeiramente radical, proporcionando instrumentos que rompam a lógica mistificadora do capital (Mészáros, 2008: 48).

É por isso, a nosso ver, que se faz fundamental a defesa e o fortalecimento do projeto de formação profissional, balizado pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, pois este apresenta uma proposta de formação numa perspectiva crítico-dialética e de totalidade, oferecendo uma formação não para atender os interesses mercantis, mas para a vida social e que possibilita a apreensão macro do modo de produção capitalista, bem como contribui e potencializa a construção da dimensão político-organizativa – aqui defendida como necessária.

Nesta direção, é válido dizer que a participação em espaços de construções coletivas que contribuam para o delineamento e robustecimento desta dimensão, contribui de forma incontestável para o fortalecimento da organização política da

categoria profissional, do projeto de formação profissional defendido, do Projeto Ético-Político profissional e, não obstante, de valores que delineiam a construção de outra ordem societária. Tal organização para o Serviço Social se faz fundamental para construir estas mediações, pois tal como nos aponta Yazbek (2014: 686):

[...] a profissão é interpelada e desafiada pela necessidade de construir mediações políticas e ideológicas expressas sobretudo por ações de resistência e de alianças estratégicas no jogo da política em suas múltiplas dimensões, por dentro dos espaços institucionais e especialmente no contexto das lutas sociais.

Neste contexto de barbárie, o cotidiano profissional nos convoca cotidianamente ao fortalecimento ético e político-organizativo, para que não caiamos numa condição de descrença das possibilidades profissionais. Assim, se faz *mister* a organização nos espaços institucionais, bem como nas entidades da profissão, desenvolvendo ações de resistência, construindo alternativas para a formação e o exercício profissional mas, sobretudo, a organização em espaços para além da profissão, como movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos que tem, também como horizonte estratégico, a construção de outra sociabilidade.

Deste modo, ainda concordamos com Yazbek (2014) que em um âmbito mais amplo da luta coletiva, a inserção da profissão nas lutas sociais e seu protagonismo, é uma construção coletiva e se realiza também por meio dos espaços político-organizativos ocupados pelos/as Assistentes Sociais brasileiros/as.

Em síntese, esta *legitimidade política e capilaridade organizativa* inédita nos permitem afirmar e atribuir às nossas organizações um caráter de intelectual coletivo, capaz de articular, organizar e pactuar a presença de assistentes sociais nas lutas coletivas e em movimentos sociais mais amplos, na direção da construção de outra ordem societária (Yazbek, 2014: 690).

Assim, enquanto sujeito histórico e coletivo, inserido/a em lutas sociais mais amplas, o/a Assistente Social pode contribuir no processo de

construção de mediações de outro projeto de sociedade. Contudo, tal contribuição só será possível a partir do momento de superação da “falsa consciência” e construção da consciência de classe, pois “a ação historicamente decisiva da classe como totalidade está determinada, em última instância, por essa consciência e não pelo pensamento do indivíduo” (Lukács, 1920: 5). Destarte, a consciência de classe deve ser vista pela ótica do sujeito coletivo e não como a soma ou a média dos indivíduos, tal como nos alude Lukács.

Exatamente por trazer o debate para o campo das possibilidades de construções coletivas, que avocamos e destacamos o papel fundamental das entidades para se garantir a direção crítica do Serviço Social brasileiro. As três entidades (ABEPSS, CFESS/CRESS e ENESSO) se complementam no sentido de suas atribuições e especificidades e isso é determinante para o fortalecimento desta luta coletiva da categoria: i) a ABEPSS é responsável por coordenar o debate sobre a formação profissional, com base nas Diretrizes Curriculares de 1996, trazendo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, bem como a articulação entre graduação e pós-graduação; ii) o conjunto CFESS/CRESS tem como responsabilidade a orientação, fiscalização, normatização, disciplinamento e acompanhamento do exercício profissional e vem, há longas datas, contribuindo com a materialização de ações políticas, na convergência com a direção social da profissão, a qual está atrelada às lutas mais gerais da classe trabalhadora; iii) a ENESSO tem como responsabilidade a mobilização e organização política dos/as estudantes no âmbito do Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) – e este acaba se tornando um *locus* privilegiado de formação teórica e política de estudantes que, não raras vezes, ocuparão futuramente espaços de representação nas demais entidades da categoria, bem como em outros setores de esquerda (Fornazier Moreira, 2016).

Assim, apesar das entidades possuírem objetivos e finalidades diferentes, elas possuem o mesmo horizonte estratégico, o qual está vinculado a um

projeto de sociedade anticapitalista. Eis, portanto, a necessidade imperativa do fortalecimento desta articulação, pois, concordando com Ramos:

Essa relação da Enesso com a Abepss e o CFESS enriquece o contato do segmento estudantil com a realidade da formação e do exercício profissional, através da participação conjunta em eventos, atividades e lutas coletivas, em cujos acontecimentos pauta-se a defesa de condições dignas para a materialização de uma formação e de um trabalho com qualidade (Ramos, 2011: 120).

Além disso, é pela histórica articulação política entre estas entidades que o Serviço Social tem construído, coletivamente, uma plataforma de lutas de maneira a fortalecer a profissão no cenário brasileiro e seu projeto profissional hegemônico, voltado para práticas emancipatórias e libertárias.

Portanto, nestes tempos que vivenciamos marcado de modo exacerbado pelo recrudescimento do conservadorismo e políticas da extrema direita, de dramáticas e brutais ofensivas contra os trabalhadores/as, de reestruturações capitalistas e contrarreformas que tem assolado toda a classe trabalhadora, nossa escolha deve ser a resistência!⁶

Exatamente pelo fato da nossa escolha ser a resistência, precisamos de compreensão e clareza de qual lado estamos na luta de classes. Por isso, no âmbito profissional as lutas devem ser travadas pela qualificação e defesa intransigente da formação e do exercício profissional, mas apontando para um horizonte estratégico de superação do capital, o que nos exige articulação com as lutas mais gerais dos/as trabalhadores/as, uma vez que:

A direção sociopolítica estratégica do projeto profissional pressupõe um processo de lutas sociais e mobilizações de massas, que possam reverter o quadro de barbárie social em que estamos mergulhados e que foram impostos pela ditadura do

6 Aqui fazemos alusão à campanha do conjunto CFESS/CRESS ao dia do/a Assistente Social no ano de 2018, nomeada de “Nossa escolha é a resistência: somos classe trabalhadora!”.

capital. Lutar pela consolidação e ampliação de direitos sociais implica somar forças com o conjunto das massas trabalhadoras, da cidade e do campo, em uma perspectiva de classe, anticapitalista, anti-imperialista e socialista no interior do processo de ruptura profissional com o conservadorismo (Abramides, 2006: 32).

Sendo assim, neste contexto em que o capital segue velozmente “aprofundando a exploração do trabalho, o desemprego estrutural e conjuntural, instituindo novas formas de trabalho precário e destruindo direitos conquistados historicamente pelos trabalhadores [...] criando demandas e respostas à insegurança vivenciada objetiva e subjetivamente na vida cotidiana” (Barroco, 2011: 206), a única alternativa e escolha possível é a resistência e a luta coletiva!

Os últimos episódios da história recente, não só no Brasil, mas a nível mundial, nos permitem visualizar a intensidade sob a qual o capital internacional avança no sentido de garantia da sua hegemonia. Vale destacar que o Fundo Monetário Internacional, bem como o Banco Mundial, possui demasiada incidência nos rumos da política econômica que implicará, por conseguinte, na condução das políticas sociais e, logo, na dinâmica da produção e reprodução das relações sociais.

Nesse sentido, a ideologia neoliberal, buscando se legitimar enquanto a única saída possível para esta crise estrutural, cumpre um papel estratégico e necessário para o modo de produção vigente, que é o de justificação das transformações operadas na vida social pela ofensiva do capital (Barroco, 2011). Desta forma, o pensamento dominante através de suas perspectivas irracionalistas e descoladas do movimento histórico, dialético e contraditório da sociabilidade burguesa, ratifica a naturalização destes processos, cuja raiz se assenta na estrutura social.

A realidade vivenciada no Brasil após o golpe jurídico-parlamentar de 2016, intensificou desenfreadamente os retrocessos que já estavam em curso de forma mais sutil nos governos petistas anteriores e se instaurou outros tantos, através do “pacote de desmandos” de

Temer. Desta forma, o governo golpista engendrou alterações nas mais diversas esferas através de sua política de austeridade e regressão dos direitos. Realidade esta que se complexifica e ganha outras proporções após a eleição do candidato de extrema direita Jair Bolsonaro. Mas um fato é inegável: em todo este contexto, quem paga a conta são os/as trabalhadores/as.

Esta violenta recessão em curso, evidencia o quão caro é o preço da dívida que pagamos pelo projeto de conciliação de classes. Se a classe trabalhadora já é historicamente golpeada e solapada pelo sistema do capital, com o conjunto imensurável de retrocessos vivenciados nos últimos tempos, esta realidade se torna ainda mais complexa e preocupante, uma vez que, com todos os ataques sofridos no âmbito dos direitos trabalhistas, previdenciários, da política de educação, da saúde, da assistência social, dentre outros, as possibilidades concretas de vida para os(as) trabalhadores(as) se tornam cada vez mais escassas - para não dizer nulas (Caputi et al. 2017: 23).

Por isso, é necessário estarmos atentos/as e fortes! O cenário é extremamente ímprobo e somente com muita fundamentação teórico-metodológica, coerência ético-política conseguiremos nos fortalecer na defesa radical do legado crítico construído coletiva e historicamente pelo Serviço Social brasileiro.

A luta pela manutenção da direção social da profissão, perpassa pela defesa, construção e fortalecimento também das entidades que a compõem – ABEPSS, CFESS/CRESS e ENESSO. Afinal, tais entidades cumprem papel essencial na edificação da profissão e se estabelecem enquanto o sustentáculo da direção teórico-política emancipatória engendrada historicamente. É com esta nitidez, com perspectiva de totalidade de análise da sociedade, com a compreensão acerca das contradições estruturantes do modo de produção capitalista, que precisamos nos referenciar para seguir trilhando sonhos e caminhos possíveis, desbravando horizontes e superando coletivamente os desafios.

Assim, com a certeza da necessidade da luta coletiva em tempos desafiadores e angustiantes, ensinamos Gonzaguinha⁷, como sempre atual:

[...]
 E aprendi que se depende sempre
 De tanta, muita, diferente gente
 Toda pessoa sempre é as marcas
 Das lições diárias de outras tantas pessoas
 E é tão bonito quando a gente entende
 Que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá
 E é tão bonito quando a gente sente
 Que nunca está sozinho por mais que pense estar
 É tão bonito quando a gente pisa firme
 Nessas linhas que estão nas palmas de nossas mãos
 É tão bonito quando a gente vai à vida
 Nos caminhos onde bate, bem mais forte o coração
 E aprendi ...

Conclusão

Conforme tratado no decorrer do texto, a história da profissão no Brasil é uma história de lutas, resistências, rebeldia e ousadia na direção de construção de novas bases de legitimação para a profissão. Direção esta que só foi possível se consolidar pelo movimento e protagonismo coletivo de todos os sujeitos envolvidos na busca incessante de outras referências para o Serviço Social. O principal ápice para a profissão e referência para a construção de sua maturidade intelectual, teórica e ético-política, no Brasil, foi a interlocução com a teoria marxista a partir, principalmente, da década de 1990. Com essa aproximação, foi-se construindo coletivamente as bases desta direção hegemônica do Projeto Ético-Político profissional, que se estrutura na negação e recusa do conservadorismo (Netto, 1999).

É neste sentido que buscamos apresentar alguns dos desafios postos ao Serviço Social nessa quadra histórica, que incidem diretamente na direção social da profissão, e fazemos a defesa intransigente e radical da manutenção deste le-

gado crítico construído historicamente pela categoria profissional – pois expressa a construção de um projeto que fora moldado por muitas mãos e há longas datas. Nesse entorno, as entidades (ABEPSS, CFESS/CRESS e ENESSO) se avistam como um patrimônio político da profissão e que também devem ser preservadas e fortalecidas.

Desta forma, considerando os desafios do tempo presente, concordamos com Duarte (2019) de que é fundamental não perdermos de vista a análise crítica e fundamentada da realidade, bem como da formação e exercício profissional, compreendendo as tensões e desafios e também as possibilidades contidas no movimento do real. Pois é exatamente esse compromisso teórico-metodológico, ético-político e de análise da realidade concreta, que vem sendo os “ingredientes essenciais que as entidades organizativas do Serviço Social vêm conseguindo (não sem dificuldades) dar conta com seriedade e compromisso ético e político” (Duarte, 2019: 177).

O cenário de barbárie que vivenciamos de duros golpes e imensuráveis retrocessos na vida social, repercutem direta e fortemente na profissão, tendo em vista que esta intervém no âmbito das mais diversas expressões da “questão social” e o contexto hodierno de selvageria intensifica estas contradições e colocam novos e variados desafios ao Serviço Social. Deste modo, considerando que na luta de classes não há empate, nossa única escolha possível é (e sempre será) a resistência coletiva!

Assim, considerando os significativos desafios que vivenciamos, acreditamos que estes também devem nos servir de aprendizado e lição histórica. Desta forma, parafraseamos Maiakóvski⁸, considerando não podermos perder de vista que “o mar da história é agitado, e que as ameaças e as guerras havemos de atravessá-las, rompê-las ao meio, cortando-as como uma quilha corta as ondas”.

7 Luiz Gonzaga do Nascimento Júnior (Gonzaguinha), cantor e compositor pernambucano, foi um dos principais ícones da música brasileira.

8 Extraído do poema, “E então, que quereis?.” de Vladimir Maiakóvski.

Bibliografia

- Abramides, M. B. C. (2006). O Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social Brasileiro. São Paulo: Tese de Doutorado em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Barroco, M. L. (2011). Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. *Serviço Social e Sociedade*, 106: 205-218.
- Caputi, L., Fornazier Moreira, T. W. (2016). As Diretrizes Curriculares da ABEPSS e os valores éticos e políticos para a formação profissional em Serviço Social. *Temporalis*, 32: 97-121.
- Caputi, L., Fornazier Moreira, T. W. (2017). Os impactos das contrarreformas na formação e exercício profissional em Serviço Social. *Revista Conexão Gerates*, 9: 22-27.
- Duarte, J. L. N. (2019). Resistência e formação no Serviço Social: ação política das entidades organizativas. *Serviço Social e Sociedade*, 134: 161-178.
- Fornazier Moreira, T. W. (2016). Movimento estudantil de serviço social e o projeto ético-político na formação profissional. Monografia de Graduação em Serviço Social. Universidade Federal do Triângulo Mineiro.
- Iamamoto, M. V. (2014). A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. *Serviço Social e Sociedade*, 120: 609-639.
- Iamamoto, M. V.; Carvalho, R. (2011). *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de um interpretação teórico-metodológica*. São Paulo, Cortez.
- Lukács, G. *Consciência de classe*. (1920). [S.l.]. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal/docs/consciencia-de-classe.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2018.
- Mészáros, I. (2009). *A crise estrutural do capital*. São Paulo, Boitempo.
- Mészáros, I. (2008). *A educação para além do capital*. 2.ed. São Paulo, Boitempo.
- Netto, J. P. (1999). A construção do projeto ético-político do serviço social. *Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social*. Disponível em: <http://www.cpihts.com/PDF03/jose%20paulo%20netto.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2018.
- Netto, J. P. (2010). *Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64*. São Paulo, Cortez.
- Ramos, S. R. (2011). A importância da articulação entre ABEPSS, conjunto CFESS/CRESS e ENESSO para a construção do projeto ético-político do Serviço Social Brasileiro. *Temporalis*, 22: 113-122
- Teixeira, J. B., Braz, M. (2009). O projeto ético-político do Serviço Social. Em: CFESS (coord.). *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. Brasília. pp. 1-18.
- Yazbek, M. C. (2014). A dimensão política do trabalho do assistente social. *Serviço Social e Sociedade*, 120: 677-693.